

ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Aborda o Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Refere-se ao piso salarial regional; registra sua presidência na comissão de Turismo e Meio Ambiente.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Comenta a segurança pública em Balneário Camboriú.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Faz referência ao PL n. 0034/2013, de sua autoria; aborda audiência com o DNIT.

Partidos Políticos

DEPUTADO JAILSON LIMA - Aborda obras da Cohab; comenta frase do vice-prefeito de Rio do Campo.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Comenta a falta de recursos dos municípios.

DEPUTADO DADO CHEREM - Reporta-se ao processo eleitoral no Brasil.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Registra os problemas enfrentados na área da Educação.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Comenta o projeto de prevenção às cheias; aborda os problemas enfrentados pelo setor têxtil catarinense.

Ordem do Dia

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se ao PL n. 0327/2012, de sua autoria.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Aborda o PLC n. 0003/2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra a presença do vice-prefeito Gilberto Luiz da Silva Azevedo, de São João do Itaperiú e do vereador e vice-presidente da Câmara de Vereadores, José Porpério dos Santos. Desejamos a eles boas-vindas e boa estada neste Parlamento.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar os telespectadores e ouvintes das Rádio Alesc, hoje é dia de recebermos convidados nesta Casa em decorrência do Encontro Estadual de Vereadores que ocorrerá no dia de amanhã. Já recebemos vários vereadores em nosso gabinete. Em especial, quero registrar a visita de vereadores dos municípios de Joaçaba, Papanduva, Blumenau, São Bernadino e Jaguaruna. O nosso muito obrigado a todos estes que nos visitam e que nos trazem as demandas dos seus municípios para que possamos trabalhar por toda Santa Catarina.

Sr. presidente e srs. deputados, ontem tive a oportunidade de, juntamente com o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, reunir-me com o secretário de estado de Assistência Social, para discutir de uma forma bastante pontual e focada o plano estadual de políticas públicas sobre drogas. Na verdade, uma minuta do que está sendo construído através da participação de várias secretarias como a de Saúde, a de Educação, a de Assistência Social, a de Segurança, o nosso Conen - Conselho Estadual de Entorpecentes - e ainda a Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

Entre os debates fizemos uma rápida avaliação da proposta do governo federal, Crack - É possível vencer. Diga-se de passagem, uma belíssima proposta, mas que ainda está emperrada. Não andou, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que tem acompanhado de perto essa discussão.

Trago aqui algumas preocupações acerca da proposta firmada entre o governo do estado de Santa Catarina e o governo federal que ainda não aconteceram, propostas estas que foram firmadas no ano passado. Como por exemplo, no âmbito da secretaria de estado da Segurança Pública, o compromisso do governo federal de quatro bases

móveis de policiamento, câmeras de videomonitoramento, e veículos e motocicletas, que não aconteceram. O ministério da Segurança ainda não sinalizou positivamente nesta área.

Quanto ao ministério da Saúde, no eixo dos cuidados, é proposta do governo federal: o CAPS AD 24 horas, a abertura de 30 leitos no Hospital Regional de São José, e 16 leitos psiquiátricos no Hospital Infantil Joana de Gusmão, ambos aqui na capital, que também não aconteceram.

São algumas preocupações que temos para que de fato o projeto, belíssimo projeto Crack - É possível vencer, que contou com a adesão do governo do estado de Santa Catarina, possa avançar.

Mas, paralelamente a isso, precisamos nos movimentar, e felizmente ontem, graças à abertura que o presidente desta Casa tem dado a esta temática da questão das drogas, pudemos dar uma passo a mais na construção desse plano estadual. Um plano que conta também com a parceria do Judiciário. Inclusive, hoje, deverão acontecer encontros entre a Presidência, a Mesa Diretora desta Casa e o Judiciário catarinense, no sentido de que possamos ter a parceria do Fundo Judiciário para algumas ações pontuais neste plano estadual de políticas públicas.

Ele tem, entre os seus objetivos, fomentar ainda mais a questão da intersetorialidade na efetivação destas políticas públicas, elaborar propostas a serem incluídas na construção final deste plano estabelecido, como disse, de uma forma intersetorial, mas há algumas ações bastante pontuais que rapidamente quero compartilhar com todos os nossos catarinenses.

Essas propostas foram levantadas no primeiro encontro estadual realizado no mês de novembro, no estado de Santa Catarina, entre elas, a divisão do estado em seis regiões, para que possamos mobilizar e ter de fato a adesão ao plano em todo o estado. Para algumas ações, hoje, estima-se um investimento

de 42 milhões de reais. Eu declino de algumas dessas ações.

Na assistência social: serviço de acolhimento a crianças, adolescentes e idosos. São abrigos, com uma estimativa de beneficiar 159 unidades já existentes, no valor de sete milhões de reais; incentivo à reforma e readequação para 170 Centros de Referência de Assistência Social, os CRAS, num valor de R\$ 30 mil por unidade, chegando a um valor de R\$ 5,5 milhões em todo o estado.

Programas de campanhas educativas e publicidade de serviço e assistência social, trabalho de folder, cartilha, enfim, na área da prevenção, R\$ 1,5 milhão.

Incentivo na gestão aos Centros Especializados de Assistência Social, CREAS, R\$ 3 milhões; e ainda o programa de elaboração do próprio Plano Estadual de Política com a implantação de uma rede de referência e contra referência na Coordenação do Cuidado do Dependente Químico; a mobilização e adesão intersetorial das áreas e o cofinanciamento de núcleos regionais de referência na política pública sobre drogas numa perspectiva de R\$ 1 milhão.

Também a capacitação, conforme as normas padrão do ministério da Saúde, feitas por editais com a parceria da Cruz Azul de Blumenau, oferecendo vagas de treinamento em todos os estados num investimento de R\$ 500 mil.

E o coração de toda esta proposta que estamos insistindo ao longo desses últimos dois anos nesta Casa: o realinhamento ou a readequação das comunidades terapêuticas aos padrões do ministério da Saúde, da Senad, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, a própria Anvisa e o incentivo e a reestruturação de comunidades terapêuticas na estratégia adotada neste Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

Há atualmente cerca de uma centena de comunidades terapêuticas. Vamos fazer também uma

parceria com a Cruz Azul, principalmente na área de treinamento, e o investimento previsto é de R\$ 11 milhões ainda para este ano no estado de Santa Catarina.

Por fim, sr. presidente, srs. deputados, o Serviço de Acolhimento Provisório para Adultos e Famílias, a famosa Casa de Passagem, em sete regiões do estado, com a construção de 14 unidades, no valor de R\$ 5 milhões e o Serviço de Acolhimento Provisório para Adultos e Famílias, também uma casa de passagem, com o cofinanciamento para implementação das equipes técnicas no atendimento a adultos e famílias no valor de R\$ 5,4 milhões.

Portanto, é um investimento razoável de R\$ 42 milhões para este Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas que esperamos efetivamente comece a funcionar já a partir do próximo mês de abril e, em especial, com o lançamento do edital com chamamento, com a convocação das comunidades terapêuticas que queiram de uma forma espontânea e voluntária se adequar a essa proposta do governo estadual para que possamos ter, de fato, a garantia dessas mil vagas para dependentes químicos no estado de Santa Catarina.

Entendemos que esta Casa tem dado uma grande, uma enorme, uma gigantesca contribuição. Quero agradecer mais uma vez a todos os colaboradores, deputados presentes da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, e esperamos que esta minuta do Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas efetivamente saia do papel e se torne realidade para que tenhamos uma Santa Catarina sem drogas.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Esta Presidência registra a presença da prefeita Ivone Mazutti De Geroni, de Calmon, e deseja aos seus acompanhantes também as boas-vindas a este Parlamento.

Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses, estimadas catarinenses que acompanham esta sessão, ilustres autoridades que também nos visitam nesta tarde, saúdo todos.

Nós aprovamos, agora pela manhã, no âmbito da comissão de Finanças e Tributação o projeto de lei que trata do novo piso salarial para Santa Catarina. Tive a oportunidade de ser relator, deputado Antônio Aguiar, v.exa. também estava lá, votou, e votou favorável, e quero trazer alguns dados que julgo importantes e que vamos aproveitar para divulgar aqui a respeito do piso regional de salário em Santa Catarina.

Primeiramente pela importância que esse piso tem, já que ele atinge cerca de um milhão de pessoas em Santa Catarina. Essas pessoas serão diretamente beneficiadas com esse dado. Evidentemente, além das pessoas que recebem, também há movimentação econômica, mais renda. A elevação do piso também proporciona normalmente a elevação de outros salários, de quem inclusive ganha acima do salário mínimo. O piso interessa aos trabalhadores que têm sua renda aumentada, aos empresários que terão uma ampliação no mercado interno e ao governo que terá sua arrecadação de impostos ampliada sem mexer nas alíquotas.

Inclusive destaquei no relatório e trago aqui a declaração:

(Passa a ler.)

"É possível afirmar que a política de aumento do valor real do salário mínimo tem dois objetivos fundamentais. O primeiro seria atacar o problema representado pela pobreza extrema. O aumento da variável serviria para promover uma alta das remunerações inferiores, aproximando-as do que corresponderia ao valor de subsistência de uma

família. O segundo objetivo seria a diminuição do grau de desigualdade na distribuição de renda."

Existem quatro faixas salariais pela Lei estadual, e houve um aumento de 9,28%, 9,29% numa faixa, e duas faixas com 9,37%. Portanto, em números redondos houve 9,33% de reajuste. Talvez não seja tudo o que deveria ser, com certeza. Deveria ter sido maior, mas foi o reajuste negociado entre as diversas categorias dos trabalhadores e dos empresários.

Quando o governador remeteu o projeto, seguindo disposição legal, para esta Casa, ele o fez após a negociação - e inclusive está anexada nos autos - havida entre as federações de empregadores, trabalhadores, centrais sindicais, que chegaram a esse entendimento, inclusive determinando o ganho real.

Temos uma inflação de cerca de 6% e tivemos um reajuste de 9,3% em média, o que, portanto, dá um ganho real. Uma política que entendemos que todo o ano deve prosseguir, a exemplo do que se faz com o salário mínimo nacional, que é a recuperação do poder de compra para distribuir melhor a renda no país.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado, gostaria de parabenizar v.exa., que foi o relator do projeto, pela explicação aos trabalhadores do que significa esse aumento.

Quero dizer aos catarinenses que a reunião de hoje da comissão, presidida pelo deputado Gilmar Knaesel, transcorreu com tranquilidade e todos votaram favoravelmente. Parabéns pelo relato de v.exa.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado, v.exa. que acompanhou a reunião.

Nós aguardamos apenas serem ultimados os trâmites internos das comissões para que depois o

projeto venha ao plenário a fim de fazermos a aprovação final, com efeito retroativo à 1º de janeiro, conforme dispõe a lei e a própria negociação.

Queria aproveitar para fazer mais um registro. Trata-se da definição das comissões técnicas, conforme entendimento com as bancadas. E, depois da confirmação dos membros da comissão de Turismo e Meio Ambiente, fomos reeleitos para a função de presidente da mesma. Pretendemos ao longo deste ano continuar os trabalhos que já fazíamos no ano passado com relação ao turismo e meio ambiente em Santa Catarina, convidando autoridades que venham no âmbito da comissão expor as suas plataformas e ouvir as nossas ideias, propostas e sugestões.

Estou apresentando, inclusive na próxima reunião, a sugestão da vinda do secretário de estado do Turismo, Cultura e Esporte e do presidente da Fatma, para que venha nos falar do andamento da análise das licenças ambientais, que tem sido um tema diversas vezes debatido nesta Casa.

Então, pretendemos dar andamento, deputado Padre Pedro Baldissera, a esses trabalhos que estamos desenvolvendo na comissão de Turismo e Meio Ambiente e nos sentimos satisfeitos de termos sido reconduzido mais uma vez à presidência dessa importante comissão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Neodi Saretta, com certeza v. exa. tem representado muito bem este Poder através da comissão de Turismo e Meio Ambiente, e com confiança fará um grande trabalho em nome do Parlamento catarinense na referida comissão.

O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL.

Queria, hoje, tratar de dois assuntos, duas preocupações. Uma relacionada à educação em Balneário Camboriú, uma das maiores cidades de nosso estado, melhor em qualidade de vida, mas que ainda precisa de alguns investimentos e o outro assunto é a questão das BRs, principalmente no oeste catarinense, a BR-282 e a BR-163 em situações precárias e que necessitam de urgente atuação do DNIT, do governo federal.

Em Balneário Camboriú participamos há poucos dias da reunião da Associação de Moradores do Bairro das Nações, presidida pela Vera, presidente muito ativa, combativa e lá presente estavam várias autoridades municipais, vereadores. Foi primeiramente discutida a questão da segurança pública, deputado Antônio Aguiar, - sei de seu empenho pela segurança pública - com a presença do delegado Jorge e do comandante, já com algumas posições no sentido de melhorar o policiamento, sendo que já determinou algumas rondas e a solicitação de mais efetivos, de 40 novos policiais militares para o município, que é o pedido de todos os municípios.

Naquela reunião falou-se também na questão da educação. Balneário Camboriú, hoje com mais de 130 mil habitantes fixos, fora a temporada quando chega a 700 mil pessoas, infelizmente possui apenas um colégio de ensino médio do estado no centro da cidade. E nós temos bairros que são verdadeiras cidades, como o bairro das Nações e o dos Municípios e a grande reivindicação da comunidade é a extensão dos cursos de ensino médio, principalmente à noite, para os bairros. Essa reivindicação já foi encabeçada pelo vereador Pedro Francez, que faz uma brilhante atuação na Câmara de Vereadores. O município já disponibilizou uma área próxima à rua

Paraguai e a nossa reivindicação, como moradores do referido município, é a construção.

Temos visto, deputado Antônio Aguiar, grandes obras na área da educação com a construção de colégios em vários municípios do estado, por exemplo, em Chapecó e há poucos dias em Jaraguá do Sul, lá no extremo oeste, uma obra muito grande de um colégio estadual. Investimentos como esses nos deixam muito orgulhosos. Mas temos muitos municípios precisando dessas obras, como é o caso de Balneário Camboriú, um município forte, com arrecadação própria e uma das maiores, senão a maior, renda *per capita* do estado, mas o estado tem que dar a sua contribuição. Temos colégios municipais como poucos ou talvez nenhum igual no estado de Santa Catarina que é o caso do colégio Ariribá. Mas precisamos também dessas obras por parte do estado.

Então, já que nós mobilizamos, oficiamos, solicitamos ao secretário da Educação essa atenção e um investimento num colégio estadual maior e descentralizado. Temos o Colégio João Goulart, o Maria da Glória, mas queremos um no bairro das Nações ou no bairro dos Municípios. Seria muito importante no bairro das Nações.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizá-lo, deputado Maurício Eskudlark, pelo seu trabalho realizado em todo o estado de Santa Catarina, principalmente em Camboriú. V.Exa. merece, realmente, o respeito, principalmente da comunidade de Balneário Camboriú e Camboriú, onde sua atuação se faz com muita eficiência.

Mas o motivo de eu estar pedindo um aparte a v.exa. é parabenizá-lo por ser presidente da comissão de Segurança Pública. Parabenizá-lo e dizer que a Segurança Pública está em boas mãos.

Parabéns deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado deputado Antônio Aguiar, de quem temos o orgulho e a satisfação de participar da nossa comissão, era previsto até para ser o vice-presidente. E acho que com todo o mérito, com todo o reconhecimento que abriu mão do espaço. Temos de vice-presidente o nobre deputado Carlos Chiodini, que também é um grande conhecedor da área e muito empenhado nesta questão.

Considero muito importante o governo do estado fazer esse investimento na área da educação em muitos municípios do estado. Como disse, eu não sabia da obra em Guarujá do Sul, que orgulha a população, que orgulha os catarinenses.

Estivemos em Chapecó, Nova Trento, juntamente com o governador Raimundo Colombo na reinauguração, após a reforma, do colégio estadual. E muitos investimentos estão ocorrendo no nosso estado nesta área. Até quero parabenizar o secretário da Educação pelo seu trabalho dinâmico. Vi o contato dele com os professores, com os alunos, o empenho, a dedicação e a confiança que recebe, porque muito mais do que querer comandar tem que ter essa sensibilidade e o respeito das pessoas. E o secretário tem e muitas obras estão encaminhadas.

Queremos ver nosso Balneário Camboriú com o novo colégio estadual no bairro das Nações ou no bairro dos municípios, mas principalmente no bairro das Nações.

E enquanto não se constrói, que o estado viabilize a possibilidade nos colégios já existentes da implantação do 2º Grau. Claro que queremos que construam, que tenhamos um espaço adequado para os nossos alunos, mas enquanto não se constrói uma obra própria, vamos utilizar os colégios existentes, deputado Dóia Guglielmi, e racionalizarmos o tempo. O pior que podemos ver é um colégio à noite com as luzes apagadas e alunos querendo utilizar o colégio. Temos como racionalizar o espaço físico disponível e fazermos a implantação do 2º Grau em mais colégios

no município de Balneário Camboriú, que é uma reivindicação nossa e de todos, e foi motivo da indicação do vereador Pedro Francez. Esperamos que a secretaria do Desenvolvimento Regional e a secretaria da Educação deem a atenção necessária.

Meu segundo tema seria sobre as BRs, e se houver a possibilidade, eu retorno para falar desse assunto no horário dos Partidos Políticos, no horário do nosso partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o sr. deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Valmir Comin, com a palavra o sr. deputado Jailson Lima.

(Pausa)

O deputado Jailson Lima cedeu o seu espaço ao deputado Padre Pedro Baldissera, que irá fazer uso da palavra por dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, obrigado também deputado Jailson Lima, por ter atendido a minha solicitação.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para trazer presente, e desde já pedir o apoio de todos os parlamentares e de nossas deputadas, a um projeto de lei que dei entrada nesta Casa, o Projeto de Lei n. 0034/2013, que estabelece a isenção do pagamento de pedágios nas rodovias estaduais e federais para as pessoas da terceira idade, sendo elas proprietárias do veículo no momento em trânsito ou quando são passageiras.

Estou aproveitando um projeto de lei que esta Casa votou o ano passado, tratando da isenção de pedágio para as pessoas do município de Palhoça que

têm a necessidade de trafegabilidade nessa rodovia. Entendemos que a terceira idade ou a partir dos 65 anos, os nossos idosos, na condição de passageiros ou de motoristas, têm amparo legal no Estatuto do Idoso, no seu art. n. 39, que assegura aos maiores de 65 anos gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos. Entendemos, então, que esse direito assegurado no Estatuto do Idoso possa também contemplar, quando da utilização de rodovias estaduais ou federais, a isenção de pagamento de pedágios. É um direito que deve ser ampliado para que a terceira idade possa usufruir o máximo possível e também garantir a sua qualidade de vida para uma vida plena.

Toda pessoa idosa possui um histórico de consumidor e de contribuinte, por isso, entendemos que na sua faixa etária faz-se justiça com a isenção, no momento que fizer uso ou utilizar-se das rodovias estaduais ou federais, do pagamento de pedágio. Essas pessoas não somente já contribuíram ao longo de sua história e de sua vida, como também pelo fato de a aposentadoria estar defasada, necessitam, mais do que nunca, de um amparo por parte de uma legislação no sentido de poderem usufruir e ao mesmo tempo ampliar o seu direito. Por isso nós nos baseamos na premissa constitucional de que direito tributário é matéria sujeita à competência legislativa concorrente.

Neste sentido entendemos, amparado na Constituição federal, que é de direito ilegítimo a apreciação de matérias dessa envergadura, tanto na esfera do estado quanto da própria federação. Assim sendo, entramos com esse projeto de lei para buscar contemplar aquilo que está garantido no Estatuto do Idoso, como também o direito de ir e de vir, tanto na rodovia federal quanto na estadual, com a isenção do pagamento do pedágio.

Gostaria, desta forma, de contar com todos os nobres pares que fazem parte do Parlamento catarinense, no sentido de, através desse projeto de

lei, garantirmos também esse direito às pessoas da terceira idade ou a partir dos 65 anos.

Gostaria também de trazer presente que na tarde de ontem estivemos reunidos no DNIT para dialogar, conversar com o superintendente João José dos Santos, para buscar informações quanto ao andamento das obras em várias rodovias federais, como da BR-282, a complementação da ampliação no município de Xanxerê, onde já estão sendo retomados os trabalhos, o andamento da duplicação de trechos que ligam Chapecó ao extremo oeste, a São Miguel d'Oeste, especialmente da rodovia 163, São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira, e da SC São Miguel d'Oeste a Itapiranga, contemplando também a ponte do rio Uruguai, que liga Itapiranga à Barra do Guarita.

Então, nos próximos dias o DNIT estará emitindo a Ordem de Serviço da BR-163 - São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira, nas tratativas da federalização do trecho que liga São Miguel d'Oeste a Itapiranga. Já foi feito o estudo da viabilidade daquela rodovia, sendo aprovada e acatada pelo DNIT, e esperamos que nos próximos meses possamos avançar com a apresentação do projeto técnico para, posteriormente, fazermos o encaminhamento da tão necessária rodovia que liga toda a faixa de fronteira à BR-163.

Então, foi uma audiência muito produtiva na qual tivemos a presença de várias lideranças daquela região, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores tratando dessa questão importante para o desenvolvimento da região da faixa de fronteira do extremo oeste.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até quinze minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, primeiro quero justificar minha ausência nesta Casa ontem, em decorrência de um roteiro que construímos com o novo presidente da Cohab, o ex-prefeito de Palhoça, Ronério Heiderscheidt, na região do Alto Vale. Assim que ele assumiu a presidência, fui fazer uma visita cordial e nós já estávamos há algum tempo tentando discutir com a Cohab a questão habitacional e não conseguíamos evoluir.

Dona Ema, por exemplo, é um município que em 1996 recebeu uma doação de uma área plana de 3ha, no centro, e agora a Cohab teria que devolver o terreno para a prefeitura, porque até hoje nada foi feito. Fizemos o convite ao ex-prefeito Ronério para fazer essa agenda em vários municípios do Alto Vale. Então, quero, publicamente, pedir que a deputada Dirce Heiderscheidt leve ao seu marido a nossa deferência e elogio pela sua agilidade.

Estivemos no município de Rio do Sul, onde há área de terra, são pequenos lotes onde poderá ser feito o centro de educação infantil. Estivemos também em Ibirama onde há um chamamento de 50 habitações e nada foi encaminhado ainda por parte do município. Em Pouso Redondo há uma área comprada pela Cohab, que precisa ser colocada em funcionamento, porque buscamos parceria com a Caixa Econômica, já encaminhada, e só para o Alto Vale temos em torno de 500 habitações já asseguradas e temos que agilizar isso.

Em Pouso Redondo, Dona Ema, Presidente Nereu estamos fazendo convênio para essas construções. E aí como o Ronério está indo para a região do planalto, fiz uma solicitação para o nosso prefeito de Mafra, onde o vice-prefeito é do PMDB e o prefeito do PT, e o Ronério estará discutindo com o prefeito tendo em vista que lá há uma área de mais de cem mil m², que a Caixa Econômica e o governo federal, dentro do programa de moradia de 0 a 3 salários mínimos, estará definindo para o estado de

Santa Catarina 20 mil habitações que poderão ser assinadas ainda este ano.

No entanto, está faltando agilidade. E acredito que agora isso vai mudar, pois o prefeito de Presidente Nereu, há 20 dias esteve na Cohab, e a proposta da empresa é que a prefeitura compre os lotes a R\$ 10 mil cada um e a soma dos lotes não valem isso. Acho que finalmente a Cohab terá a sua função efetiva encaminhada. Assim, parabênizo o sr. Ronério pela sua agilidade de estar na estrada vistoriando e tentando encontrar soluções.

O mesmo estamos fazendo com os órgãos federais, a exemplo da Fatma. Convidamos o seu presidente, Gean Loureiro, para agora, ainda no mês de março ou na primeira semana de abril, fazermos um evento no alto vale, onde estarão também demais deputados, visando à liberação de projetos na área de piscicultura, avicultura, suinocultura, eis que isso ajudaria na geração de emprego. Também com relação aos loteamentos que precisam de aprovação da Fatma, porque ali há uma máquina burocrática, mas sabemos que se houver vontade, haverá agilidade.

Gostaria de ler uma frase que está no jornal *A Notícia*, dita pelo vice-presidente nacional do PSDB, muito embora tenha certeza de que os deputados do PSDB aqui desta Casa não pensem desta forma, até porque o PT tem aliança com o PSDB em Santa Catarina. O vice-prefeito de Rio do Campo, cujo prefeito é PT, é PSDB, e a frase do Alberto Goldman, no seminário do partido, foi a seguinte: "Ou nós acabamos com o PT, com este domínio autoritário; ou eles acabam com o Brasil."

Deputado Antônio Aguiar, como é que pode alguém assinar e dizer uma frase dessa num momento em que o Brasil está indo para a quinta economia mundial, um país que vive a fase de pleno emprego enquanto a crise internacional assola o mundo e desemprega.

O Brasil é um país que começa a construir a sua hegemonia em políticas públicas e que está fazendo o maior programa de habitação do globo terrestre,

organicamente subsidiado pelo governo. Como é que podem querer acabar com um partido que constrói um programa como o Bolsa Família e tira 30 milhões de brasileiros da linha da miséria? Um partido que tem na sua base aliada e como vice-presidente o PMDB? E, inclusive, o próprio PSDB fará parte desse arco de aliança.

Como é que pode acabar com um partido que gera uma liderança do mundo contemporâneo desse século como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecido internacionalmente.

Inclusive, deputado Romildo Titon, vou até lhe dar uma informação em primeira mão. Se até amanhã não sair o novo Papa, o Lula será chamado no Vaticano porque ele vai ajudar nessa escolha. Tenho absoluta convicção, deputado Neodi Saretta, de que ele irá conciliar aquilo, porque a igreja precisa se renovar.

Então, fazer a afirmação de que é preciso eliminar o Partido dos Trabalhadores porque somos autoritários? Somos nós que estamos construindo os conselhos deliberativos deste país, do ponto de vista da economia e indústria, em que há, por exemplo, uma liderança, do PIB econômico brasileiro, como a Gerdau? O Brasil é um país que está gerando esperança para o povo brasileiro.

É lógico que entendemos que, às vezes, essas frases são ditas no afã de um palanque. Mas temos claro, como representantes do PT - e somos minoritários nesta Casa, estamos em apenas sete deputados -, que o debate democrático é importante para construir cidadania.

Agora, terão que pensar muito para acabar com esse PT, porque uma vez teve alguém aqui que ousou dizer que tínhamos que ser eliminados. No entanto, foi o contrário. Elegemos o presidente Lula, depois nós o reelegemos e elegemos a presidente Dilma Rousseff. Queremos, em 2014, manter esse arco de aliança para, através dele, continuar abrindo esperança de eliminar de vez, de forma radical, a

miséria deste país, criando escolas, universidades, centros de inovação tecnológica, a exemplo dos recursos que estão sendo colocados agora. Como diz a presidente Dilma Rousseff, temos que fazer o bolsa família da inovação tecnológica do Brasil porque não dá para desenvolver um país sem ter conhecimento e investimento em educação e, principalmente, em inovação.

É isso que este partido está fazendo. O Partido dos Trabalhadores, que no passado foi um partido odiado, incompreendido e, principalmente, discriminado pela mídia e pela imprensa, a exemplo do que continua sendo feito... Ou vão dizer que a imprensa nos trata de forma igualitária? De forma alguma! Quando acontece algum problema e o culpado é alguém ligado ao Partido dos Trabalhadores, fazem questão de grifar na frase que é do PT. Quando o culpado é de outro partido, nem se sabe de onde é e faz-se questão de fazer sumir do cenário de forma rápida. Mas assumimos os problemas e temos que assumir também aquilo que fazemos por este país.

Portanto, sr. Alberto Goldman, fique tranquilo. As nossas bases são sólidas, os nossos compromissos e comprometimentos com o povo brasileiro continuam sendo sólidos e, principalmente, com mudanças deste Brasil, a exemplo do que temos em Santa Catarina.

Estamos iniciando, hoje, 33 seminários em Santa Catarina, começando por Florianópolis na data de hoje, para debater as eleições internas do PT.

O PT é o único partido em que o regimento diz que 50% da sua Executiva tem que ser obrigatoriamente de mulheres. Isto é uma inovação em que na Executiva, se o presidente for do sexo masculino, a vice-presidente tem que ser do sexo feminino. Isso não é estabelecer cotas, isso é inovar no sentido de dizer para as mulheres ocuparem o seu espaço também e criar espaço para que elas ocupem.

Nós, que acabamos de passar o Dia Internacional da Mulher, a quem temos a deferência de homenagear

sempre, temos que registrar que na última década quase 50 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. Isso é o equivalente a mais óbitos do que houve na Guerra do Vietnã em quase uma década. Isso significa dizer que temos que evoluir muito e é o Partido dos Trabalhadores que está garantindo essas mudanças.

Por isso, faço questão de fazer esse registro. E o seminário que estamos construindo no estado para discutir as eleições da nova presidência este ano será feito com maturidade, tentando construir consensos, diminuir dissensos e aprofundar o debate, compreendendo as visões de partido, mas sem transformá-las na essência da decisão da escolha dos nossos dirigentes.

É por isto que nós nos consolidamos, porque não somos um partido de caciques, somos um partido que reconhece lideranças. Porém não são elas apenas que definem os destinos do partido, a exemplo de muitos outros. E não pensem que a decisão do PT de Santa Catarina, no ano que vem, virá de cima para baixo como alguns imaginam, ou algumas imaginam. Temos que deixar muito claro que é na construção partidária que consolidamos o PT neste país e aqui em Santa Catarina. Partido que nos orgulha porque está construindo a diferença neste Brasil. Num primeiro momento, tendo como vice-presidente José Alencar, figura saudosa do cenário Brasileiro, e agora uma figura da estatura política do Michel Temer, nosso vice-presidente da República. Pessoalmente, tenho a posição de que em 2014 deverá ser a figura que continuará com a nossa presidente Dilma Rousseff...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, hoje vou registrar desta tribuna o que já me reporteí em outras oportunidades a respeito dos município brasileiros, mais precisamente do nosso estado de Santa Catarina.

A cada dia que passa estamos recebendo prefeitos e vices, vereadores, reivindicando recursos para os municípios. E isso não é segredo para aqueles que já tiveram a oportunidade de ser prefeito e aqueles que estão exercendo os cargos de prefeito, vice e vereador.

Nas últimas décadas, principalmente nas duas últimas, aumentou a responsabilidade de serviços públicos nos municípios brasileiros: municipalização da saúde, municipalização da assistência social, Conselho Tutelar, e uma série de outras atividades que foram municipalizadas ou transferida a responsabilidade aos municípios. O que do ponto de vista funcional é bom, porque a eficiência do serviço público no município se torna mais eficaz. É mais fiscalizado pelos próprios vereadores, pela própria população, pelo Ministério Público, por outros órgãos que acompanham mais de perto, ou seja, estão mais próximos do ente público municipal.

No entanto, a contrapartida, que são os recursos, acabou não acontecendo na mesma proporção dos serviços transferidos aos municípios. Cada vez mais há concentração de recursos, por vários fatores que vieram acontecendo desde a criação dos fundos de estabilização, que se transformaram em impostos e que não foram compartilhados com os estados e municípios. Ou seja, o dinheiro não aumentou na mesma proporção. Pelo contrário, medidas que do ponto de vista do consumidor são interessantes, como redução de alguns impostos nos últimos tempos, a redução do IPI da linha branca, de automóveis, não beneficiaram os municípios. Acontece que esse dinheiro, ou seja, essa redução de impostos também foi tirada dos municípios, o governo federal não tirou só da parte deles, tirou dos municípios

também. Mais uma vez os municípios foram penalizados.

Quando fazemos um debate sobre determinado assunto, por exemplo, educação, chegou-se à conclusão de que no Brasil a educação tem que ser em período integral. É verdade, se quisermos diminuir os problemas nas crianças, nos adolescentes, nos jovens, principalmente pelo período que ficam sem atividade e acabam indo para outros caminhos, como o das drogas, entre outras coisas, precisamos de fato programar com mais celeridade o período integral.

Esse período integral na educação não pode ser apenas para colocar o estudante em meio período na sala de aula e outro meio período ficar ocioso, ele tem que ter atividade, tem que ter oficina de trabalho, seja de esporte, de lazer, de cultura, oficinas de música, de língua, de esportes entre outros. Mas para isso, também é verdade que precisamos de recursos, pois há mais necessidade de pessoal, há mais necessidade de espaço físico, há necessidade de um controle maior de fiscalização, inclusive nos finais de semana.

Se nós pensamos num Brasil mais evoluído, com mais conhecimento, com menos problemas em nossos presídios esse é um dos caminhos. Mas para fazer isso é preciso dar condições aos municípios e mais uma vez esbarramos na falta de recursos.

Portanto, o Brasil precisa urgentemente que as nossas autoridades federais, o Executivo e o Legislativo, fazer esse debate com mais celeridade e fazer, de fato, um pacto federativo em que os municípios possam ter uma receita melhor, compatível com os investimentos e com as despesas. Há essa necessidade que os municípios tenham a condição mínima de recursos para fazer frente a esses serviços, a esses trabalhos e a esses investimentos que são inerentes à execução dessas atividades para, então, termos uma situação mais evoluída.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PCdoB.

(Pausa)

Na ausência do PCdoB, o próximo horário pertence ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Chereem, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREEM - Sr. presidente, mesmo não estando escalado para falar em nome do partido, ocupo a tribuna na tarde de hoje, e saudando v.exa. quero saudar os srs. deputados e as sras. deputadas.

Gostaria de dizer, sr. presidente, estivemos, na segunda-feira, em uma reunião em Brasília, na Unale, onde fomos representar a Assembleia de Santa Catarina, nomeado pelo presidente Joares Ponticelli, e discutir novamente o processo eleitoral no país, esse sistema que hoje existe e através do qual todos nós disputamos.

Lá, sr. presidente, falamos sobre a unificação das eleições, tema esse que teoricamente tem causado pouco interesse da população, mas com certeza é um tema muito pertinente porque ele acaba mexendo no dia a dia das nossas ações como governantes, e principalmente no resultado da cobrança da população de modo geral.

Tenho ouvido muito aqui nesta tribuna, sr. presidente, sobre a asfixia que têm passado os governos municipais, os governos estaduais, e não quero apontar o dedo para nenhum partido, porque isso é histórico, é cultural no nosso país, mas não dá mais para ficarmos fazendo de conta que este modelo federativo, este modelo de redistribuição de impostos é o mais correto.

No nosso entendimento, sr. presidente, tenho conversado com muitos deputados estaduais, a situação dos demais estados não é diferente, das mais diversas cores partidárias, deputado Silvio

Dreveck, não importa se é do nosso partido, se é de outro, se é de A, B ou C. Todos os governadores estão com uma dificuldade muito grande, imaginem aqueles prefeitos de cidades pequenas que têm dificuldades de toda sorte.

São dois temas, sr. presidente, de extrema relevância, de extrema importância, porque nós estamos falando de um processo eleitoral que eu considero hoje perverso, não condiz mais com a realidade da política brasileira, da transparência, da necessidade de respostas rápidas e objetivas por parte do poder público e também essa redistribuição de recursos tão importantes, principalmente para os pequenos municípios.

Vejam bem, srs. deputados e sras. deputadas, que o estado de Santa Catarina, que sempre foi modelo, que sempre foi exemplo em várias áreas, passou por um momento muito difícil nos meses de janeiro e fevereiro, quando enfrentamos uma verdadeira guerrilha urbana patrocinada por marginais enclausurados.

Então, sr. presidente, isso são coisas de um mundo em mudança e nós também temos que mudar. As pessoas, hoje, querem respostas mais rápidas das nossas ações. Eu confesso aos senhores e senhoras que quando comecei na vida pública, em 88, quando conseguia, deputado Silvio Dreveck, uma entrevista numa rádio AM, eu ganhava o mês, porque assim ia conseguir me comunicar com a população, dizer o que estava fazendo com o meu mandato de vereador. Aquilo era uma alegria para todos nós.

Hoje, com o advento das mídias sociais, deputado Jailson Lima, v.exa. que é um apaixonado por tecnologia de inovação, a população nos cobra por segundo o nosso mandato. Eles querem saber o que é que estamos fazendo, onde estamos, e de que maneira estamos fazendo aquele ato tão importante para a população.

Então, com o advento da tecnologia nos cobrando o nosso mandato, a nossa postura, temos, sim, que

ser rápidos em nossas respostas, e ninguém, deputado Neodi Saretta, o sr. que foi prefeito sabem muito bem, vai ser rápido com esse modelo de eleição a cada dois anos. Quando termina uma eleição, já se pensa na seguinte. E a prova está aí, testemunhal, nós acabamos a eleição lá no Rincão, em Criciúma e Campo Erê, e já estamos falando na reeleição da presidente Dilma e do governador Raimundo Colombo. Nem acabou 2013 já estamos falando na eleição de 2014.

Então, srs. deputados e sras. deputadas, acabou um processo eleitoral, começa outro. Como iremos à casa de um eleitor pedir voto se não temos condições de dar uma resposta para uma criança que precisa de um exame em um hospital?

Srs. deputados, sras. deputadas, a nossa postura, hoje, tem que ser diferente. O nosso processo eleitoral tem que ser objetivo, temos que dar respostas à sociedade de uma maneira, pelo menos, honesta, decente, transparente.

De que maneira eu acredito que se faça isso? É a unificação das eleições. Não dá, deputado Antônio Aguiar, para em 2013 estar pensando na eleição de 2014, em 2014 estar pensando na eleição de 2016, se as pessoas querem de nós resultados para as suas mazelas, as suas dificuldades. Como é que posso estar numa segunda-feira, às 10h, na rua pedindo voto, se tem um pai de família que, às vezes, não tem um prato de comida para botar à mesa, srs. deputados! Isso não quer dizer que a unificação das eleições vai resolver todos os problemas, mas pelo menos o governante terá mais tempo para poder administrar o seu município, o seu estado ou a união.

Quando aceitei esta missão do deputado Joares Ponticelli de encabeçar este movimento de unificação, tinha o conhecimento de que seria um longo caminho. Para v.exas. terem uma ideia, srs. deputados, sras. deputadas, segunda-feira conversei com o deputado Décio Lima e pedi que interferisse

para conseguir uma audiência com o deputado Henrique Fontana, que é o relator da revisão do processo eleitoral, para sabermos se o Congresso vai ou não vai pautar esse tema. Em tese, está pautado para o dia 9 de abril, mas também para dezembro, e até agora não foi votado.

Então, o que temos que fazer: primeiro, unificar as propostas, deputado Antônio Aguiar, existem mais de 100 projetos de lei, também PECs, sobre o processo eleitoral, para depois praticar a eleição.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizá-lo, nobre deputado Dado Chereem, pela colocação importante e especialmente nos representar no processo das eleições.

Hoje, uma eleição a cada dois anos custa bilhões de reais. Temos realmente que fazer uma economia para o povo, acima disso. Fazer, principalmente, que os mandatos sejam unificados.

Acho que essa proposta é muito importante entre outras e várias propostas que são apresentadas.

É muito importante a sua colocação de levar o relator dessa PEC na Câmara dos Deputados para que possamos ter uma posição concreta das eleições.

Parabéns pelo tema, deputado Dado Chereem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Quero deixar bem claro que a Unale não quer, em hipótese alguma, tirar o trabalho dos congressistas, legitimados pelo voto, muito pelo contrário, a reforma política compete a eles fazer. De que maneira será feita? Eles é que vão dizer isso. O que queremos é que pautem isso; que digam que vão fazer e que vão votar a reforma política.

Srs. deputados, estou entrando com uma moção de apoio que será entregue ao presidente do Congresso e ao relator deputado Henrique Fontana, e todas as

Assembleias do Brasil também o farão, comprometendo-se com esse tema, mesmo que tenham opiniões contraditórias. É válido o debate, mas que pelo menos digam se vai ser votado para que os deputados decidam esse tema tão importante como é a reforma tributária, com é a discussão do pacto federativo, inclusive o deputado Silvio Dreveck trouxe aqui e outros deputados têm trazido esse assunto tão importante nesta Casa.

Então, srs. deputados e sras. deputadas, estamos apenas esperando a possibilidade de uma audiência com o relator Henrique Fontana para que possamos ir a Brasília discutir com ele esse tema.

Fica desde já, sr. presidente, também o convite aos demais deputados que queiram participar dessa caravana.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício Romildo Titon, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense. A educação é, sem dúvida nenhuma, uma das pautas mais importantes que temos na Assembleia Legislativa.

Nós, como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto juntamente com a vice-presidente deputada Luciane Carminatti e outros membros, temos uma jornada difícil, uma jornada de muito trabalho e de muita dedicação.

Temos certeza de que a educação é, sim, o pilar dos nossos sonhos, do crescimento, do desenvolvimento, do futuro da nossa nação que são as crianças, os jovens e adolescentes. Nós, deputados da bancada do PMDB, na terça-feira, recebemos a visita do eminente secretário Eduardo Deschamps. E

quero parabenizá-lo pela maneira como conduz seu trabalho, levando os recursos para as escolas, e até para os pais dos alunos, num projeto importante, o pacto da educação, com R\$ 500 milhões disponíveis.

Todas as ideias que tivermos no sentido de ajudar a desenvolver a educação são importantes. A educação em Santa Catarina é uma das melhores do país, e vamos fazer com que seja a melhor do país. Mas para isso precisamos de trabalho e dedicação. Precisamos discutir todos os assuntos pertinentes à educação, como o salário do professor, a formação do professor para torná-lo apto a dar uma aula para que verdadeiramente os alunos possam aprender, as boas condições das escolas, a reforma das mesmas.

É importante que todos os alunos de Santa Catarina tenham *notebooks*, como acontece em Canoinhas. Existem cinco mil alunos em Canoinhas e, em todas as escolas, nos mais distantes rincões do município, há internet.

Quero deixar o meu abraço ao secretário da Educação de Canoinhas, que teve a competência de fazer com que a educação do município se projetasse em relação aos demais municípios do estado.

Não é somente a educação que precisa funcionar, mas também a saúde. No planalto norte do estado, está-se implantando a base da saúde. O que significa isso? Significa que devemos aumentar o número de credenciamento de alta complexidade em todo o estado de Santa Catarina. O governo federal precisa dispor recursos para que consigamos realmente implantar a descentralização na saúde, que é o credenciamento de alta e média complexidade nos municípios do interior.

No planalto norte, há um consórcio intermunicipal, através da SDR de Canoinhas, que funciona muito bem. É verdade que foi preciso criar condições para isso. Primeiramente é preciso que o hospital da região tenha condições para atender a população, condições como: uma UTI com capacidade para 10 leitos, que faz com que a demanda da

população da região seja atendida; uma ressonância; uma tomografia computadorizada; arco cirúrgico para os ortopedistas; neurocirurgião. Inclusive, no último sábado tivemos uma cirurgia de emergência realizada com sucesso pelo neurocirurgião de Canoinhas.

É isso que nós precisamos. Levar os profissionais competentes, especialistas para o interior. E eles vão para o interior, sim, desde que tenham condições de executar seu trabalho, caso contrário não vão, vão ficar nas capitais. E não adianta importar médicos do exterior para vir atender no Brasil. Nós, médicos, no Brasil temos capacidade de atender toda a população do Brasil, pelo número e pela qualidade dos médicos que temos hoje.

É verdade que as universidades têm que ter mais qualificação para a formação dos médicos. Reconhecemos isso, mas esse é um problema também educacional, temos que fazer com que as faculdades tenham excelência no ensino médico de nossas universidades.

Então, como estava relatando, no nosso município temos carrinhos de anestesia novos para dar condições aos anestesistas. Temos um sobreaviso que funciona 24h, na SDR de Canoinhas temos plantão de anestesia 24h no hospital Santa Cruz; temos sobreaviso de cirurgia geral 24h; de ortopedia 24h; neurocirurgia 24h. E o que significa isso? Significa que todos os pacientes que necessitarem de uma cirurgia de emergência terão uma equipe especializada para fazer essa cirurgia. Não precisamos sobrecarregar Joinville, Florianópolis e Jaraguá do Sul. Estamos tentando resolver o problema da saúde do planalto norte. E como? Levando alta complexidade para a nossa região.

E é isso que nós precisamos do governo federal, que ele invista em alta complexidade. Quero dizer ao secretário Dalmo Claro de Oliveira que ele tem nas mãos um credenciamento de alta complexidade em

traumatologia e ortopedia para o município de Canoinhas. Tem também nas mãos o pedido de alta complexidade em oncologia para São Bento do Sul, deputado Silvio Dreveck, v.exa. também fez seu pedido juntamente com este deputado; em Mafra temos alta complexidade na Maternidade Dona Catarina Kuss, onde temos excelência em obstetrícia e neonatologia; temos UTI de neonatologia funcionando com um perfeito corpo clínico para dar solução aos problemas; temos o pedido de Mafra de alta complexidade para o hospital São Vicente em cirurgia bariátrica, enfim são três pedidos importantes para a nossa região.

É isso que nós queremos. Queremos aporte do governo federal para a nossa região. Aporte financeiro! Discutir os problemas de saúde já o fizemos. Nós queremos ações dos governos federal e estadual voltadas aos municípios para que consigamos melhorar as condições de saúde dos nossos pacientes. E temos, sim, essa responsabilidade, é no dia a dia que precisamos estar preparados para resolver problemas de exames, por exemplo.

Recebi correspondência da SDR de Canoinhas de que precisamos de um aporte financeiro, de atenção especial, dr. Dalmo Claro de Oliveira, um remanejamento financeiro para as AIHs do hospital Santa Cruz, que hoje é um hospital de referência e tem capacidade diferente de atender os pacientes. Nós temos o pedido de R\$ 350 mil para a resolução de exames de laboratórios, de ultrassonografia, de ressonância magnética e de tomografia computadorizada que estão em repressão no município de Canoinhas e no planalto norte. Precisamos de aporte financeiro para resolver esses problemas. O estado, sim, tem responsabilidade, dr. Dalmo Claro de Oliveira, de ajudar os nossos municípios. Desde outubro do ano passado que não recebemos atenção da saúde na SDR do município de Canoinhas e na SDR do município de Mafra.

Precisamos, sim, que essas reivindicações sejam atendidas. Saúde se faz com trabalho, com dedicação, e nós temos que fazer a nossa parte.

Estamos aqui falando dos nossos problemas da saúde no planalto Norte e pedindo que os governos federal e estadual ajudem os municípios, pois são eles os grandes penalizados, são eles que estão investindo 23% do seu orçamento em saúde. Precisamos que essa participação seja compartilhada, principalmente com o governo federal, onde a Emenda n. 29 foi aprovada, mas foi diluída. Temos que fazer com que os nossos impostos, como disse o deputado Silvio Dreveck, retornem as nossas bases.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria de, em primeiro lugar, deputado Manoel Mota, agradecer ao governador Raimundo Colombo.

Estivemos num almoço na Casa d'Agrônômica onde o governador Raimundo Colombo recebeu os 14 prefeitos do vale do Itajaí e do médio vale do Itajaí e da Associação dos Municípios, Amvi, quando tratou, entre outros assuntos, da construção do novo Presídio Regional de Blumenau.

Primeiramente, ele agradeceu ao presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, que intermediou esta audiência. O governador Raimundo Colombo, com muita celeridade, ouviu os prefeitos, as suas angústias em alguns aspectos. E juntamente com eles tomou uma decisão muito importante para o médio vale do Itajaí no que tange à questão do sistema prisional.

O governador e a Associação do Médio Vale do Itajaí assumiram o compromisso de elaborar em conjunto um estudo técnico para identificar uma área adequada para o presídio. É importante a participação de todos os parlamentares, a participação da sociedade, a participação dos prefeitos, a participação de todos aqueles que detêm mandato para, acima de tudo, ajudar a construir o novo Presídio Regional de Blumenau. Não importa se o presídio será em Blumenau ou numa cidade vizinha, o importante é que o estudo técnico seja respeitado.

Realmente fico muito feliz com a coragem e a vontade do governador Raimundo Colombo de resolver isso com os 14 prefeitos, tomar uma ação em conjunto, porque temos os recursos garantidos para a execução desta obra. São cerca de R\$ 22 milhões que devem ser investidos para criar mais de 1.200 novas vagas, que serão utilizadas para a relocação dos detentos que já estão no Presídio Regional de Blumenau e para novos detentos tanto no regime semi-aberto como no regime fechado. É importante que este presídio seja construído porque hoje, lamentavelmente, por uma questão histórica, o Presídio Regional de Blumenau pode, sim, ser considerado o pior presídio, a pior estrutura de presídios do nosso estado. E nós temos que mudar essa realidade.

Portanto, o governador Raimundo Colombo tem este compromisso e espero que, tanto a equipe técnica da secretaria de Defesa do nosso estado como os técnicos da Amvi, possam buscar um local adequado e fazer com que esta obra realmente saia do papel. O governador, a secretária Ada De Luca, os prefeitos têm este compromisso com a região. E nós, deputados do vale do Itajaí, temos certeza do compromisso de tentarmos de alguma forma colaborar para que esta obra aconteça. Obra que está prevista no PAC.

Repito, são cerca de R\$ 22 milhões que serão investidos nesta área a ser localizada. Há necessidade de uma área de aproximadamente 50 mil

metros quadrados que receberá um investimento para as novas 1.200 vagas no sistema prisional. E isso é algo muito importante.

Aliás, quero aproveitar, srs. parlamentares, para fazer um registro, sobre o Pacto por Santa Catarina. O governador Raimundo Colombo vem correndo muito, lutando, tendo apoio da própria presidente Dilma Rousseff, desta Casa, dos parlamentares, da sociedade como um todo, para construir esse Pacto por Santa Catarina, que representa um investimento de aproximadamente R\$ 7 bilhões no estado, é o maior pacote de investimentos na história de Santa Catarina.

Investimentos como do Presídio Regional de Blumenau, do sistema penitenciário, investimentos na saúde, na educação, na infraestrutura do estado, que com certeza vão mudar a trajetória, vão mudar a cara de Santa Catarina e, por isso, quero parabenizar o governador Raimundo Colombo pela coragem, pela audácia de ter começado o seu trabalho dizendo que "primeiro temos que governar o governo, primeiro temos que fazer o dever de casa", e o governador fez isso, governou o governo, fez o dever de casa, verificou a capacidade de endividamento do estado, buscou fontes de financiamento no país, financiamento com o BNDES, recursos a fundo perdido do governo federal, e até financiamentos do BID, que são recursos internacionais. Isso tudo forma esse pacote de aproximadamente R\$ 7 bilhões de investimentos em várias áreas.

E um dos problemas que terá grandes investimentos será a seca no oeste, e também o trabalho de prevenção de cheias no vale do Itajaí. E um dos problemas que terá grandes investimentos será a seca no oeste, e também o trabalho de prevenção de cheias no vale do Itajaí.

Por isso, antes de falar da prevenção de cheias, quero agradecer às srs. deputadas, aos srs. deputados, que fazem parte da comissão de Defesa Civil, por terem me conduzido à presidência da

mesma, juntamente com o deputado Aldo Schneider como vice-presidente, para que possamos realmente trabalhar no sentido de estabelecer novas ações nas políticas públicas de defesa civil, trabalhar incentivando os municípios a implantar defesa civil, e também fiscalizar e colaborar com o trabalho da secretaria de Defesa Civil para evoluirmos nessa questão.

No Pacto por Santa Catarina temos aproximadamente R\$ 600 milhões previstos para serem investidos no vale do Itajaí na mitigação de cheias, na prevenção de cheias e desastres naturais. E como presidente da comissão de Defesa Civil, vou trabalhar de forma muito forte nesse aspecto, para que realmente esse projeto saia do papel. Projeto que era o antigo Projeto Jica que fala da questão da elevação das barragens, contratação de radar meteorológico, construção de novos canais, novas barragens, seja no vale do Itajaí, seja na foz. Na região de Brusque, deputado Ciro Roza, também estão previstos investimentos através do Projeto de Mitigação de Cheias e Desastres Naturais. Então, a nossa comissão vai trabalhar muito nesse sentido e também combater os efeitos da seca no oeste. São ações que estão previstas no Pacto por Santa Catarina, e tenho certeza de que teremos muito trabalho pela frente nesse sentido.

Espero contar com o apoio desta Casa, e agradeço novamente a todos os deputados, às sras. deputadas pelo apoio para que este deputado assumisse a presidência da comissão, que vai ter um papel fundamental para amenizar o problema que tanto aflige Santa Catarina, com pessoas perdendo a sua vida, perdendo bens materiais, enfim, são vários tipos de problemas e a comissão de Defesa Civil tem um papel muito importante no sentido, como já falei, não apenas de fiscalizar, mas também de ser parceira, de auxiliar a secretaria da Defesa Civil num trabalho muito forte nas questões que envolvem não só o oeste catarinense, não só o vale do Itajaí,

mas todo o estado com essa questão de desastres naturais. Temos que trabalhar muito para poder amenizar as situações que ocorrem em nosso estado.

Normalmente, as pessoas mais humildes e que menos têm condições de se proteger são as que são mais afetadas, são as que têm menos poder aquisitivo para se recuperar no momento de um desastre, seja um destelhamento, perda da casa, alagamento, deslizamento de terra, enfim, várias coisas acontecem e essa comissão vai ter que trabalhar de forma forte para buscar e dar apoio aos catarinenses e também apoio à secretaria da Defesa Civil.

Além dessa questão, já que o tempo me permite, sr. presidente, queria também pedir aos srs. parlamentares e às sras. parlamentares o apoio a um requerimento que estamos apresentando nesta Casa, que pretende criar uma frente parlamentar de apoio ao setor têxtil de Santa Catarina.

Esse setor emprega aproximadamente 170 mil trabalhadores. Então, temos que trabalhar no sentido de fazer com que ele volte a ser forte como sempre foi, permitindo que haja uma política econômica que valorize as empresas, as indústrias, no sentido de garantir às empresas que paguem um salário digno ao trabalhador, fazendo com que esse setor que realmente sofre muito com a questão cambial, com o preço alto do algodão, com o mercado internacional e com a concorrência desleal se mantenha vivo, continuando a empregar em Santa Catarina e a representar a força econômica de nosso estado.

Esse setor é muito forte não somente no vale do Itajaí, no norte catarinense, como também em todo o estado, seja a grande indústria, a pequena facção, seja o lojista que depende efetivamente do ramo têxtil, que tem um papel vital para a economia catarinense.

Temos que ficar de frente com a realidade atual e tentar, de alguma forma, colaborar para que esse setor continue sendo forte; trabalhar pela desoneração da carga tributária nesse setor;

trabalhar no sentido de desonerar a mão de obra na economia nacional, pois temos que fazer um movimento para que a economia do setor têxtil continue forte, empregando, gerando renda, pagando salários dignos ao trabalhador, porque essa é a melhor forma de se fazer a distribuição de renda, e garantir um salário digno ao trabalhador que tem que sustentar a sua casa, a sua família e que ganha o seu pão no dia a dia, através do seu suor.

Desta forma, quero muito pedir aos srs. parlamentares e às sras. parlamentares o apoio na aprovação desse requerimento, criando essa comissão permanente, para que possamos apoiar o setor têxtil, seja desde o litígio entre uma empresa que tem dificuldades com os trabalhadores, buscando o apoio a eles, como também na desoneração da carga tributária para fortalecer o setor e permitir que possamos ter salários dignos aos trabalhadores do setor têxtil.

Repito, são cerca de 170 mil pessoas que trabalham nesse setor em Santa Catarina e que precisam ter uma economia forte, para poder continuar sustentando a sua família e garantindo qualidade de vida a todos.

É para isso que queremos aprovar esse requerimento, criando esse fórum permanente, essa frente parlamentar, deputado Joares Ponticelli, em defesa do setor têxtil que tanto precisa e que é tão forte para toda a economia catarinense.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0017/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0338/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0397/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a Ordem do Dia começou um pouco antes do horário e solicito a v.exa. que chame os deputados em seus gabinetes para que possamos votar o projeto do piso regional de salários de Santa Catarina, haja vista a conversa que tive hoje com vários líderes desta Casa. Este é um pedido dos trabalhadores, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Nobre deputada, a matéria encontra-se extra-pauta, trata-se de uma lei complementar. Então, esta Presidência faz um apelo para que os srs. deputados que encontram-se em seus gabinetes desçam para garantirmos o quórum para votação dessa matéria, que exige quórum qualificado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0019/2012, de autoria do sr. deputado Carlos Chiodini, que institui, no âmbito do estado de Santa Catarina, o Dia de Combate à Intolerância Religiosa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0038/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que padroniza a velocidade máxima permitida na passagem de veículos automotores por redutores eletrônicos instalados nas rodovias e estradas estaduais e municipais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0141/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que determina a inserção de mensagem nas faturas dos serviços e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0326/2012, de autoria do deputado Sandro Silva, que dispõe sobre a proibição da utilização de aparelhos sonoros com sistema de reprodução e amplificação de som no modo alto-falante dentro dos veículos do sistema de transporte coletivo intermunicipal e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0327/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que dispõe sobre a expedição de carteira de identidade aos portadores de deficiência visual em Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero esclarecer que recebi a visita de alguns deficientes visuais e aproveito para registrar a incoerência de que eles são vítimas. Por exemplo, mesmo com laudo comprovando deficiência visual, para fazer a fotografia para a Carteira de Identidade, o cidadão tem que tirar os óculos. Muitos deficientes visuais, às vezes, por causa de um tumor nos olhos, ficam sem o globo ocular e vieram reclamar do constrangimento que sentem de ter que tirar os óculos para provar que são cegos.

Então, isso é uma aberração, mas como quem faz a expedição da Carteira de Identidade não tem esse bom senso, resolvi fazer esse projeto de lei para que o deficiente visual, ao fazer sua Carteira de Identidade possa optar por permanecer com os óculos, porque hoje, obrigatoriamente, precisa tirar os óculos.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0376/2012, de autoria da bancada do PMDB, que cria a Semana Estadual da Consciência Negra no Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0084/2013 e 0085/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0086/2013 e 0087/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0088/2013, 0089/2013 e 0090/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0091/2013, 0092/2013 e 0093/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0094/2013 e 0095/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0096/2013, 0097/2013, 0098/2013 e 0099/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0134/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0135/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0136/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0137/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0138/2013 e 0139/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0140/2013 e 0141/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0142/2013, 0143/2013, 0144/2013, 0145/2013 e 0146/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Balsissera; 0147/2013 e 0148/2013, de autoria do deputado Edison Andrino; 0149/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0150/2013, 0151/2013, 0152/2013 e 0153/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0154/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Pedido de Informação n. 0014/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Fazenda, solicitando informações sobre o número de servidores da secretaria da Agricultura e Pesca que estão à disposição da Cidasc e são beneficiados pela Lei n. 12.665/2003.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0015/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc -, solicitando informações sobre o número de servidores da secretaria de estado da Agricultura e da Pesca, que estão ou estiveram, há mais de três anos, à disposição da Cidasc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0016/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário de Estado da Agricultura e da Pesca, solicitando informações sobre o número de servidores da secretaria da Agricultura e da Pesca que estão à disposição da Cidasc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0003/2013, de origem governamental,

que altera o art. 1º da Lei Complementar n. 459, de 2009, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, já tivemos a oportunidade de utilizar hoje a tribuna em Breves Comunicações para abordar este projeto. Mas quero, por deferência da nossa líder, deputada Ana Paula Lima, apenas fazer alguns registros importantes em nome da nossa bancada.

O primeiro é sobre a importância do piso regional de Santa Catarina, um piso que abrange, hoje, cerca de um milhão de trabalhadores. E além daqueles trabalhadores diretamente envolvidos que recebem o piso, a tendência é que se possa puxar o reajuste para outros salários. Nós sabemos que a melhor distribuição de renda se dá pelo aumento de renda, pelo aumento da massa salarial e, conseqüentemente, pelo maior poder de compra e maior poder de distribuição.

É bem verdade que os valores talvez não sejam aqueles que se sonha ainda como salário mínimo, como piso estadual, mas o reajuste está acima do período inflacionário, que foi em torno de 6%. O reajuste ficará na faixa de 9.3% para cada uma das faixas e foi negociado entre as federações de trabalhadores e as federações empresariais, junto com as centrais sindicais e com o Dieese. Enfim, houve toda uma negociação antes de ser encaminhado esse projeto que reajusta praticamente o piso para a homologação desta Casa.

Então, gostaríamos de registrar a importância do piso, muito embora, como eu disse, poderiam ser valores maiores, mas foram valores negociados a duras penas, é bem verdade, e que reajustam acima da inflação.

Portanto, encaminhamos, como já foi nas comissões, pela aprovação. Ele tem efeito retroativo a partir de 1º de janeiro e por isso o quanto antes o aprovarmos aqui nesta Casa melhor será. E parabênzinhos v. exa. por ter incluído esta matéria já no dia de hoje!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência registra a presença do prefeito de Sangão, o querido amigo Castilho Silvano Vieira que participa da nossa sessão na tarde de hoje.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, srs. dirigentes das diversas centrais sindicais aqui presentes, neste momento em que votamos o valor do piso regional para este ano de 2013 nesta Assembleia Legislativa, gostaria de parabenizar todos os trabalhadores que se envolveram nesse processo de construção dessa lei estadual há três anos. E sabemos - pois o acompanhamos - que não foi um processo tranquilo e consensual no primeiro momento.

Mas queremos dizer também da nossa alegria, sr. presidente, porque nesse momento está-se votando um

projeto sem nenhum dissenso, sem nenhuma dificuldade, com a celeridade que as comissões desta Assembleia Legislativa trabalharam, as comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Também quero parabenizar v.exa., os presidentes, os integrantes de comissões e também o governador do estado, que criou uma situação que hoje está harmonizada e existe uma política nesse sentido em Santa Catarina. E torcemos para que se possa valorizar cada vez mais.

Mais uma vez, parabéns a todos os trabalhadores, aos dirigentes sindicais das diversas centrais e a todos os trabalhadores que construíram essa conquista para os assalariados de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o presidente da comissão de Finanças, que também agilizou.

Esta Presidência quer cumprimentar v.exa., deputado Gilmar Knaesel, o deputado Mauro de Nadal bem como o deputado Marcos Vieira, que foram os três presidentes de comissões que atenderam ao clamor das entidades que aguardavam, dando a resposta que esta Casa deveria dar, até em função do atraso que tivemos da instalação das comissões.

Penso que sob o comando de v.exas., a quem agradecemos, esta Casa dá a resposta que os trabalhadores catarinenses esperavam, e merecem, na tarde de hoje.

Parabéns e concedo a palavra a v.exa., deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, em meu nome e em nome da bancada do PSDB, através do

meu líder, deputado Dóia Guglielmi, quero também dar o meu voto favorável a esse consenso.

Gostaria de dizer, em nome da comissão de Finanças, que o relator foi o deputado Neodi Saretta, que fez um bom trabalho. Ele recebeu o projeto na tarde de ontem e hoje de manhã já apresentou o relatório.

Mas, acima de tudo, quero dizer que essa é uma conquista e que a Assembleia Legislativa teve uma grande participação. Se hoje vivemos esse momento entre a classe trabalhadora e a classe empregadora de conseguir harmonicamente o piso regional nas diversas categorias, a Assembleia Legislativa teve uma participação inicial no debate, na proposta e até na questão da votação da lei, e hoje temos essa possibilidade. Mas falta, sr. presidente e srs. deputados, agilidade para que esse projeto não chegue à Assembleia Legislativa já atrasado, porque em que pese que houve um atropelo aqui na Casa quando da instalação das comissões, o projeto também só veio para cá no mês de março, quando na verdade deveria ter vindo no final do ano passado, para votarmos esta matéria ainda antes de encerrar o ano e, assim, tanto a classe empregadora como a classe trabalhadora pudessem ter a garantia e a certeza do novo piso salarial.

Quero registrar que o nosso piso mínimo chega a R\$ 765,00, quando o piso nacional é de R\$ 660,00, se não me engano, deputado Ciro Roza. Ou seja, 15% em média maior do que o piso nacional. É uma referência que precisa ser feita porque mostra a consciência da classe trabalhadora no sentido de termos salários dignos para os nossos trabalhadores em Santa Catarina.

Então, em nome do PSDB, votamos favorável, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, gostaria de enaltecer o diálogo e o trabalho realizado junto às centrais sindicais que tiveram a habilidade de chegar a esse entendimento junto à classe empresarial.

Quero enaltecer esse trabalho e reforçar as palavras do deputado Gilmar Knaesel, que me antecedeu, no sentido de que esta Casa teve no primeiro momento o papel de elaborar essa legislação. Mas eu gostaria de reforçar a importância, muito embora nós reconheçamos que este é um diálogo entre patrão e empregado.

Mas a pergunta que eu faço é onde fica o governo do estado nesse aspecto? Ou seja, o salário mínimo regional em Santa Catarina precisa ser compreendido como uma política de estado. Isto é, uma política de distribuição de renda e de fortalecimento do poder aquisitivo dos catarinenses.

Portanto, é fundamental que o estado também diga como vê esse processo, se posicione e contribua para que cada vez mais possamos ter a elevação desse salário mínimo regional, porque é uma forma justa, rápida e eficaz de distribuir a renda aos catarinenses.

Eu sonho muito que o estado tenha um papel mais atuante no sentido de que se torne uma política de governo, e não um referendo a uma legislação já existente.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigada, deputada Luciane Carminatti.

A Sra. deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Antes de conceder a palavra à deputada Ana Paula Lima, esta Presidência solicita que os srs. deputados que não exerceram o direito de voto que o façam. Solicito também a todos que permaneçam em plenário, porque com a aquiescência dos líderes, na sequência vamos encerrar esta sessão e convocar outra para votar a matéria em segundo turno.

Portanto, assim que ouvirmos a deputada Ana Paula Lima e o deputado Edison Andrino, vamos encerrar a presente sessão, e convocar outra para votar o segundo turno da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a bancada do PT é favorável ao projeto. Mas quero justificar a ausência de dois deputados da Bancada do Partido dos Trabalhadores: o deputado Volnei Morastoni, que se encontra em Brasília, no ministério da Saúde e o deputado Dirceu Dresch, que lutou muito por este projeto e que se encontra no município de Chapecó fazendo um grande debate com os agricultores lá na Fretaf.

Era isso, sr. presidente!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, além de cumprimentar v.exa. como presidente desta Casa, quero cumprimentar as comissões envolvidas, o governo, as federações, as centrais sindicais. Isso é fruto do diálogo, é fruto do resultado de um trabalho feito democraticamente pelo governo, pelos empresários e pelos trabalhadores de Santa Catarina.

Esta Casa teve um papel importante exatamente em aprovar a matéria desde o momento em que chegou

aqui. Como disse o deputado Gilmar Knaesel, é importante que isso venha a tempo, é importante que venha no momento adequado.

Quero cumprimentar v.exa. e a Casa pela maneira como conduziu e a celeridade com que aprovou esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência comunica, com muita alegria, que a América do Sul conseguiu eleger um papa. O cardeal argentino Jorge Mário Bergoglio foi eleito Papa, o novo líder da Igreja Católica.

Em votação a matéria.

A votação sera nominal por processo eletrônico.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim

DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Foram 26 votos "sim", nenhum voto "não", nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra para as 16h17.

Está encerrada a sessão.

